



**SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS**

# 2010

## RELATÓRIO E CONTAS



## Índice

Corpos Sociais.....	3
Mensagem do Presidente .....	4
Visão, Missão e Valores.....	6
Responsabilidade Social .....	7
Enquadramento Macro Económico .....	10
Caracterização do sector do transporte aéreo .....	13
Desenvolvimento Sustentável.....	15
Recursos Humanos.....	17
Mercado .....	18
Produção .....	20
Investimentos Realizados.....	27
Análise Económico-Financeira .....	30
Aplicação de Resultados.....	36
Demonstrações Financeiras .....	37
Anexo às demonstrações financeiras.....	43
Certificação Legal de Contas .....	65
Relatório e Parecer de Fiscal Único.....	67
Relatório de Auditoria.....	69

## **CORPOS SOCIAIS**

### **Assembleia-Geral**

#### **Presidente:**

Dra. Ana Maria Soares de Albergaria Pacheco Gouveia

#### **Secretários:**

Dra. Maria Alexandra Celorico Pacheco Vieira

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente:**

Prof. Doutor António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes

#### **Vogais:**

Dra. Luísa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl

Dra. Isabel Maria dos Santos Barata

### **Fiscal Único:**

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Lda, SROC n.º 52, representada pelo Dr. Manuel Herberto de Medeiros Quaresma, R.O.C. n.º 675;

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2010 foi um ano muito difícil para o sector da aviação, não só pela conjuntura económica Europeia, em geral, e pela situação da economia Nacional, em particular, bem como pela ocorrência de episódios atípicos que assolaram o sector, como os encerramentos do espaço aéreo Europeu, em consequência das duas crises das cinzas vulcânicas.

Todavia, há que realçar a concretização de projectos que fazem com que o ano de 2010 seja um ano histórico na longa e rica vida empresarial da SATA.

O ano de 2010 foi o ano em que a SATA Air Açores concretizou, no timing previsto, no orçamento anunciado, em segurança, o projecto de renovação integral da sua frota.

Com a entrada ao serviço dos quatro Bombardier Q400 NextGen, a SATA Air Açores ganhou novo fôlego para as próximas décadas e será, provavelmente, a companhia área regional da Europa com a frota mais jovem.

A nova frota permitiu melhorar sobremaneira o nosso índice de fiabilidade operacional e introduziu, para ganho dos nossos passageiros e tripulantes, níveis de conforto e de segurança ímpares, que advêm do facto dos Bombardier Q400 NextGen serem turbo-hélices de última geração, que garantem uma “jet-like-experience”.

A nova frota da SATA Air Açores garante maior capacidade de transporte de passageiros e de carga, aliada à redução do impacto ambiental da nossa actividade. As Ilhas da Coesão beneficiarão do serviço proporcionado de modo mais fiável pelos Bombardier, em importantes matérias como a questão da carga, com acrescida capacidade de enfrentar as limitações que o nosso clima impõe em algumas épocas do ano.

As características técnicas e operacionais dos Bombardier Q400 NextGen permitiram o lançamento de uma nova rede inter-regiões que liga as Regiões Açores-Madeira-Canárias-Algarve, que tem recebido interessante aceitação do mercado.

Ainda no âmbito da renovação da frota, destaque para a operação de financiamento que teve o apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI). Este apoio foi muito significativo, não só pelas condições excepcionais do próprio financiamento, bem como pelo carácter de confiança e de solidificação da aposta que a SATA fez na frota Bombardier. As condições de financiamento contratadas com o BEI garantem uma vantagem competitiva durante os próximos anos em matéria económica-financeira. É o prestígio da SATA que sai reforçado.

No final do primeiro trimestre concluímos, com sucesso, o processo de migração do sistema de DCS SITA para o AMADEUS ALTEA. Um sistema muito mais orientado para a satisfação das necessidades dos nossos clientes e que permitiu reduzirmos os nossos custos operacionais.

O ano de 2010 fica ainda marcado pelo crescimento a contraciclo de 4,6% no número de passageiros transportados, ao mesmo tempo que registou um crescimento de 4,3 pontos percentuais no Load Factor (lugares utilizados face à capacidade do avião), passando de 70,2 para 74,5%.

Em termos de rotas, destaque para as operadas pela SATA Internacional, nomeadamente, para o Canadá e Estados Unidos da América, onde se registaram crescimentos de 11,9 e de 19,5%, respectivamente, naqueles estratégicos mercados emissores.

Não obstante o evidente crescimento a contraciclo, de onde se destaca o crescimento do load-factor da SATA Internacional, tendo sido, inclusive, ultrapassados recordes históricos em importantes indicadores de produção, a verdade é que o ano de 2010 não trouxe a rendibilidade esperada.

A ocorrência de custos atípicos, como os custos associados às crises das cinzas vulcânicas, a subida do preço do jet-fuel, entre outros factores, prejudica a rendibilidade e fazem com que continuemos a, rápida e eficazmente, implementar soluções conducentes à diminuição de custos, fuel e não-fuel, aumento de proveitos, bem como a gestão dinâmica da nossa malha de rotas e parcerias.

Por fim, uma palavra de apreço aos colaboradores do Grupo SATA, que estão de parabéns pela eficaz execução do projecto de renovação da frota da SATA Air Açores, pelo estabelecimento de níveis de produção históricos na SATA Internacional, pela implementação de sofisticados e económicos sistemas estruturantes da nossa actividade como o Amadeus ALTEA e o Revenue Management PROS, entre outros feitos assinaláveis.

Em particular, uma palavra de especial apreço pela disponibilidade demonstrada pelos nossos colaboradores aquando dos episódios das cinzas vulcânicas. Ao prejuízo económico não se somou um prejuízo de imagem; pelo contrário, a SATA mereceu elogios na imprensa um pouco por toda a parte, inclusive em mercados exigentes como nos EUA, por ter sido flexível e atenta para com os seus passageiros. Será com esta atitude, de sentimento de pertença à Companhia e respeito para com o passageiro que continuamos a crescer no nosso exigente sector.

## VISÃO, MISSÃO E VALORES

O Grupo SATA presta, desde a sua origem, um serviço de transporte aéreo, com todas as actividades que lhe estão ligadas, tendo como objectivo final garantir que os clientes se deslocam e transportam os seus bens em perfeitas condições de segurança. Trazer a cada dia, o Mundo aos Açores e levar os Açores ao resto do Mundo, é um lema e uma missão a cumprir. Trilhar o caminho da sustentabilidade significa, para esta empresa, construir um futuro equilibrado e duradouro, justo e sustentável, assente nas mais contemporâneas e responsáveis práticas de gestão, com foco na excelência de desempenho, em todas as suas áreas de actuação. Deste modo, as políticas de responsabilidade social, de segurança, de saúde e de ambiente constituem pilares fundamentais sobre os quais o Grupo SATA alicerça a sua actuação e dá corpo à sua ambição.

**Visão:** Mais fortes e mais competitivos num mundo exigente e global; capazes de construir uma companhia aérea de referência que se afirma no mundo da aviação comercial internacional e conquista, de forma gradual e consistente, a sua quota de mercado e a notoriedade da sua marca. Uma companhia aérea do Atlântico, onde se cultiva o rigor e o profissionalismo; onde se encontra um serviço cuidado, simples, mas atento; onde se acolhe cada cliente de forma amável e disponível; onde se cultiva o respeito pelo planeta numa perspectiva de total apreço pelo bem-estar das populações nas gerações vindouras.

**Missão:** Desenvolver de modo sustentado toda a actividade de transporte aéreo relacionado com os Açores, através de uma operação com vocação atlântica assente num serviço fiável, hospitaleiro e inovador.

**Valores:** A SATA, e todas as empresas que constituem o Grupo SATA, valoriza a reputação de ser uma companhia de referência dos Açores, assente nos Valores da Fiabilidade, Inovação e Simpatia.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

### Apoios institucionais e patrocínios

O Grupo SATA tem assumido um dedicado compromisso no que respeita ao apoio a entidades e iniciativas ligadas à solidariedade social, à cultura, ao desporto e à promoção turística da Região Autónoma dos Açores. Empenhada, há mais de meio século, em atenuar os efeitos da insularidade, a SATA tem activamente procurado reflectir a sua imagem e os seus valores corporativos numa atenta política de apoios institucionais e patrocínios.

As entidades e iniciativas intrinsecamente ligadas à solidariedade social merecem especial atenção por parte da SATA. Nos Açores, o projecto “Nariz Vermelho”, dedicado à animação e entretenimento de crianças hospitalizadas, recebeu apoio para a vinda aos Açores de membros sediados no Continente Português. Foram ainda disponibilizados lugares em voos com tarifas grátis e com descontos especiais ao Grupo de Amigos da Pediatria do Hospital do Divino Espírito Santo (GAP) e à Liga dos Amigos do referido hospital para o transporte de doentes e técnicos de saúde. Durante o corrente ano, foram ainda meritórios do apoio da SATA os participantes do programa “Saudades dos Açores”, uma iniciativa da Direcção Regional das Comunidades que proporciona uma visita aos Açores a emigrantes açorianos, com idade superior a 60 anos, residentes nos Estados Unidos da América e Canadá, que por motivos de carência económica não tenham tido a possibilidade de visitar a Região há mais de 20 anos.

Projectos de âmbito nacional e internacional têm sido igualmente alvo de redobrada atenção. De destacar os apoios concedidos à AMI para a realização das suas missões; à Fundação do Gil para o projecto de alargamento da sua rede de técnicos aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira; à Cruz Vermelha Portuguesa; e à *Kids First Fund*, a propósito do *International Online Travel Auction for Kids*, um evento anual de solidariedade social destinado a crianças desfavorecidas em regiões pobres de todo o Mundo, no qual a SATA se juntou às empresas que todos os anos envidam esforços a favor desta nobre causa, como a AirAsia, AirTran, Delta, Martinair, SWISS, Avis ou a Choice Hotels.

Com vista ao fomento da cultura açoriana, o Grupo SATA tem continuado a promover a assinatura de grandes protocolos com entidades de relevo, como o Teatro Micaelense, o Coliseu Micaelense, o Museu Carlos Machado e a Galeria Fonseca Macedo, assim como tem oferecido apoio, de forma pontual, a exposições promovidas pela Academia das Artes dos Açores. Outro projecto merecedor de apoio foi a exposição “Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República”, realizada no Panteão Nacional da República, em que estiveram patentes obras cedidas pela Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada.

Os incentivos ao desporto concentram-se, a cada ano, no SATA Rallye Açores que constitui o maior patrocínio atribuído pela SATA nesta área. Ao longo do ano são, ainda, oferecidas condições especiais nas deslocações do Clube Kairós, o que permite a canalização dos fundos da instituição para os escalões etários mais baixos, relacionados com a reinserção social através da prática desportiva. De destacar, ainda, o patrocínio da SATA a outros eventos desportivos como o campeonato mundial de Surf “Billabong Azores Islands Pro 2010”, o torneio internacional de ténis “Azores Open 12 & Under” ou a participação do Clube Asas de S. Miguel no Campeonato Nacional de Parapente.

A vertente ligada à promoção turística da Região Autónoma dos Açores tem sido uma grande aposta do Grupo SATA, não só pela sua raiz identitária açoriana como pela própria natureza da sua actividade. Neste particular, destacam-se as parcerias com a Direcção Regional de Turismo dos Açores e Associação de Turismo dos Açores na oferta de lugares em voos ou de descontos especiais para a realização de eventos que contribuem sobremaneira para a projecção da Região, como foi o caso da cerimónia “7 Maravilhas de Portugal”, realizada em Ponta Delgada, ou na deslocação de grupos de imprensa nacionais e estrangeiros aos Açores, com vista na publicação de artigos em conceituadas publicações.

## **Sociedade**

O compromisso da SATA para com a sociedade não termina nas suas obrigações de prestação de serviço público ou nos apoios institucionais e patrocínios, uma vez que, ao longo do ano, são realizadas inúmeras acções que envolvem a comunidade.

Todos os anos, concretiza-se o programa “Junho Mês da Criança” que oferece inolvidáveis experiências a crianças dos 5 aos 12 anos. Ao longo do mês de Junho de 2010, a SATA proporcionou, mais uma vez, dias inesquecíveis e repletos de surpreendentes actividades a duas centenas de crianças. Para as visitas aos aviões, sendo eles o Airbus A320 da SATA Internacional e o Bombardier Q200 da SATA Air Açores, foram seleccionadas as Escolas Paroquial do Calhariz de Benfica, no Aeroporto de Lisboa, a B1/JI de S. Vicente Ferreira, no Aeroporto de Ponta Delgada e a B1/PE da Vila de S. Vicente, no Aeroporto da Madeira. As visitas aos aviões foram possíveis pela colaboração entre os funcionários SATA das várias áreas de intervenção, da ANA e Groundforce.

Foram, ainda, seleccionadas três escolas para a concretização de um sonho maior: viajar de avião pela primeira vez. Foram seleccionados três grupos para viajar a bordo da SATA. A Escola EB1/JI Francisco José Medeiros (Aflitos – Fenais da Luz) teve a oportunidade de viajar até Lisboa e passar um dia repleto de actividades no Jardim Zoológico. A Escola PE1 de Serra de

Água (Madeira) teve a oportunidade de viajar igualmente até Lisboa, onde as 20 crianças visitaram o Oceanário. Por último, a Associação Terra dos Sonhos foi premiada com uma viagem à Madeira, tendo realizado sonhos (andar de avião, ser assistente de bordo e ver golfinhos e baleias) de crianças com problemas de saúde crónicos e terminais.

Ademais, durante o mês de Dezembro, os colaboradores SATA angariaram bens destinados às crianças da Ajuda de Berço - uma associação sem fins lucrativos que acolhe crianças abandonadas ou em situação de risco - com vista a proporcionar-lhes um Dia de Natal mais feliz. Foram entregues brinquedos, bolas de praia e conjuntos de inverno com gorro e cachecol, assim como bens alimentares que foram expedidos de forma totalmente gratuita, através do Departamento de Carga e Correio da SATA.

## ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

### Internacional

A actividade económica mundial voltou a expandir em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para valores positivos assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. O seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de estímulos e medidas de política monetária, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes foram decretados agravamentos das mesmas, função sobretudo da aceleração da inflação.

### União Europeia

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos.

Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica. A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3.6%, o ritmo mais forte desde a

reunificação. Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, as quais, à excepção de Portugal, terão registado de novo crescimentos anuais negativos.

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou de 8.9% em 2009 para 9.6% em 2010, o nível mais elevado desde 1998.

Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na União Europeia, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 2,0%, acima dos 1,0% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

Importa salientar que o ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

## **Portugal**

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de cerca de 1.4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 9.0%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de apenas 5.0%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 1.8%, quer o consumo público, que cresceu 3.2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o

crescimento durante o terceiro trimestre, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo do segundo semestre.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em equipamento e em construção.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1.4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente, o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando contudo 0.2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. A taxa de desemprego cifrou-se em 10.9%, sendo a população desempregada de 556 mil indivíduos, o que representa um aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O sistema financeiro português continuou a demonstrar resiliência, tendo a sua actividade crescido, apesar das condições adversas ditadas pela crise da dívida soberana. Os efeitos desta sobre o financiamento do sector nos mercados internacionais levaram a um reforço na atracção de recursos de clientes, tendo os Depósitos Totais tido um acréscimo de 7.9%. O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 8.2%.

## CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DO TRANSPORTE AÉREO

O ano de 2010 foi marcado por uma forte recuperação da indústria do transporte aéreo e pelo regresso do sector aos lucros, com um resultado global de cerca de 16 mil milhões de USD. Apesar dos resultados animadores, existiram diferenças significativas entre regiões, nomeadamente entre as economias desenvolvidas e emergentes.

As economias emergentes, em especial nas regiões da Ásia-Pacífico e Médio-Oriente, marcaram um passo de crescimento bastante acelerado, enquanto as transportadoras da Europa foram as que registaram recuperações menos acentuadas. No global, a procura do agregado da indústria cresceu mais de 8% em relação a 2009, com o Médio-Oriente a crescer cerca de 18%, a Ásia-Pacífico 9%, a América do Norte 7%, enquanto a Europa, onde se realiza a maior parte da operação do Grupo SATA, cresceu apenas 5%. Este crescimento foi acompanhado por uma recuperação significativa das *yields* unitárias em todas as regiões.

Para 2011, perspectiva-se mais um ano lucrativo para a indústria, apesar da confiança numa melhoria significativa estar a diminuir, prevendo-se uma redução do lucro para os 9,1 mil milhões de USD. Este *downgrade* face a 2010 deve-se, essencialmente, ao forte aumento do preço dos combustíveis, e a estimativa de redução de rentabilidade seria muito superior, não fossem as revisões em alta do crescimento económico para 2011, associadas a *load-factors* estáveis e elevados. Contudo, o maior risco desta previsão reside num eventual enfraquecimento de algumas economias, pressionadas pelo aumento do preço das *commodities* de pelo endividamento, o que, caso esse cenário se verifique, poderá enfraquecer muito rapidamente os resultados das transportadoras.

Neste contexto de previsão da manutenção do crescimento económico, o segmento de viagens negócios e o transporte de carga será mais robusto que os segmentos mais sensível ao preço que são os das viagens em lazer, sendo as transportadoras de longo curso as mais favorecidas. As diferenças entre regiões vão continuar a verificar-se durante 2011, com um contraste particular entre os mercados domésticos Europeus e o forte tráfego com origem nos denominados “mercados emergentes”.

Ao nível dos preços dos combustíveis, o crescimento económico superior ao esperado aumentou a procura por petróleo, o que tem causado uma forte pressão inflacionista nos preços do *jet fuel*. Os tumultos políticos nos Médio Oriente e Norte de África incrementaram a pressão nos preços da energia, mas mesmo que o risco geopolítico diminua as perspectivas de

crescimento económico, os preços do petróleo deverão continuar a aumentar ao longo do ano. Os preços do *jet kerosene* duplicaram desde o seu ponto mínimo no início de 2009, atingido os 113USD por barril no início de 2011. Tendo em conta que o combustível representa cerca de um quarto do total de custos operacionais, esta duplicação dos preços do *jet fuel*, adicionou 25% aos custos unitários. Apesar disso, no último ano, as tarifas subiram em média cerca de 20%, excluindo as *fuel surcharges*, o que tem permitido contrabalançar os preços dos combustíveis.

Em suma, espera-se que 2011 seja um ano de consolidação de resultados no global da indústria, apesar dos desafios trazidos pelo aumento de custos e dos potenciais riscos associados à manutenção do actual crescimento económico.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Grupo SATA monitoriza as suas actividades e impactos nas vertentes ambiental, de segurança e saúde no trabalho, tendo por isso definido já em 2009, a seguinte Política Integrada de Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho:

O Grupo SATA, posicionado no mercado de transporte aéreo de passageiros, cargas e correio, e de gestão de aeroportos, entende que a preservação do meio ambiente e a segurança e saúde dos seus colaboradores são princípios base para cimentar os valores SATA: Fiabilidade, Simpatia e Inovação.

Deste modo, o Grupo SATA compromete-se a:

- Melhorar continuamente o desempenho ambiental e a gestão da segurança e saúde no trabalho;
- Minimizar os efeitos negativos decorrentes da actividade global da empresa;
- Investir em meios técnicos e desenvolver processos para atingir uma maior compatibilidade ambiental, minimizar os acidentes de trabalho e prevenir as doenças relacionadas com o trabalho;
- Envolver e formar os colaboradores e seus representantes com o objectivo de os sensibilizar para a importância da adopção de boas práticas ambientais e de trabalho;
- Assegurar o cumprimento da conformidade legal, quer a nível ambiental, quer a nível da segurança e saúde no trabalho.

### Optimização do Consumo de JetFuel e Redução das Emissões de CO<sub>2</sub>

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2008 sob a condução da IATA, o projecto *Fuel Efficiency Gap Analysis* (“FEGA”) procurou a racionalização do uso de combustível e consequente redução das emissões de CO<sub>2</sub>, o projecto *Dynamics Fuel Efficiency* (“DEP”) integralmente desenvolvido internamente teve início em 2010.

As áreas de intervenção do projecto DEP, centram-se nas operações de voo e despacho operacional e manutenção e engenharia, através da racionalização do peso a bordo (Cargas de Catering, Redução de Peso de Spares de Manutenção), racionalização do número de tripulantes a bordo em função do Load-Factor, diminuição da utilização do APU, com incremento do recurso a GPU, entre outros.

### **Integração do avião no Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub>**

No cumprimento da Directiva 2008/101/CE de 19 de Novembro, foram entregues no passado dia 30/03/2011 os relatórios de Emissão de CO<sub>2</sub> e relatórios Tonelada-Kilómetro referentes aos voos incluídos no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (“CELE”) para as empresas SATA Internacional e SATA Air Açores, com base na actividade de 2010. Os documentos auditados pelo verificador independente LRQA foram submetidos à Agência Portuguesa do Ambiente (“APA”).

As emissões verificadas para os voos incluídos no CELE totalizaram em 2010, 233.729 ton CO<sub>2</sub> para a SATA Internacional e 352 ton CO<sub>2</sub> no caso da SATA Air Açores.

A SATA Air Açores ficará isenta do CELE em face das emissões verificadas no ano de referência 2010 terem ficado abaixo das 10.000 ton CO<sub>2</sub>, limiar para a isenção dos pequenos emitentes.

A atribuição das licenças de emissão para o ano de entrada da aviação do CELE 2012, num total de 212.892.052 ton CO<sub>2</sub>, será proporcional aos dados de Ton-km de 2010, reportados pelos diversos operadores.

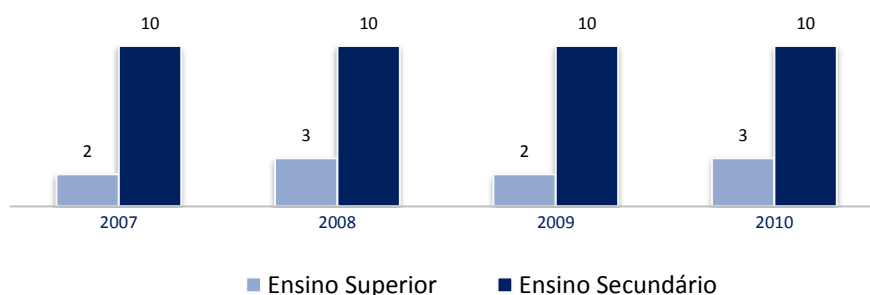
No caso da SATA Internacional o valor apurado para a atribuição proporcional de licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, será de 230.570.605 Ton-km, sendo o resultado da distribuição das licenças conhecido a 30/09/2011. Pese embora existam incertezas relativamente à atribuição gratuita e leilão a promover pelas entidades oficiais, o impacto previsto para a SATA Internacional não deverá exceder os 1,3 M€.

## RECURSOS HUMANOS

*...que os nossos Recursos cresçam de forma orientada, consolidando conhecimentos, otimizando desempenhos, satisfazendo mais e melhor os nossos clientes...*

Constituída em 2005, a mais jovem empresa do Grupo SATA – a SATA Aeródromos – a 31 de Dezembro de 2010, integrava nos seus quadros 13 pessoas, 23% das quais licenciadas.

### Habilitações do Pessoal

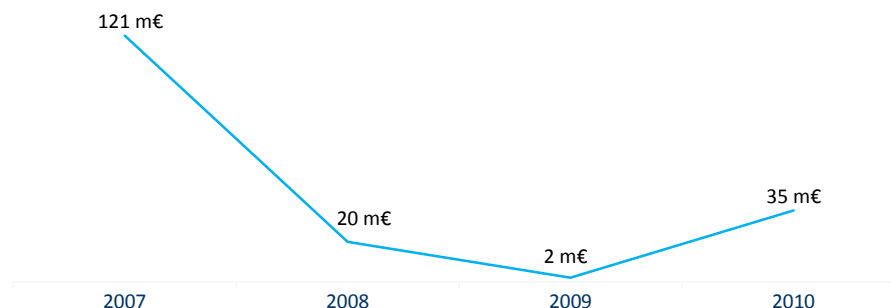


### Formação e Desenvolvimento

Perfazendo um volume de 223.5 horas de formação (157 em 2009), em 2010, a empresa formou 26 pessoas (15 em 2009), realizando, para o efeito, 14 acções de formação (10 em 2009).

O aumento significativo nos custos formativos (um acréscimo de cerca de 33 mil euros, comparativamente a 2009) é maioritariamente justificado pela formação de refrescamento anual de Bombeiros (com custos aproximados de 33.098,75 €).

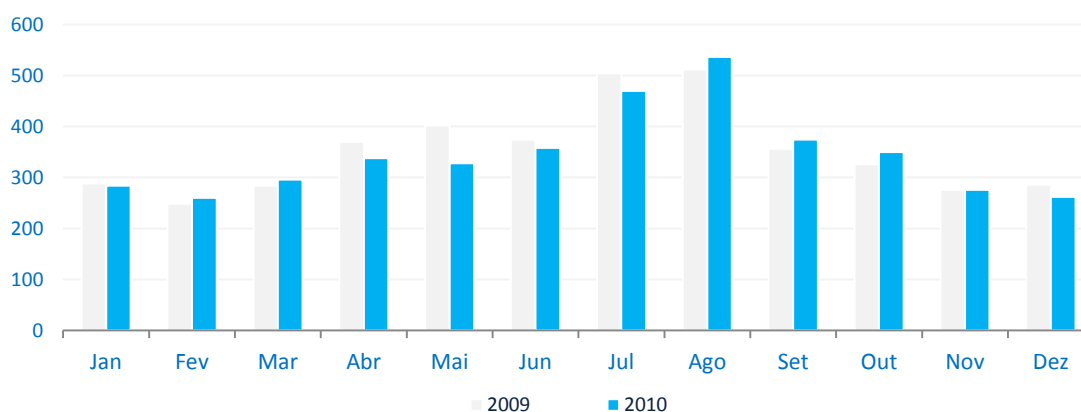
Os restantes custos de formação devem-se aos encontros realizados para a definição do Modelo de Qualidade de Serviço SATA, no âmbito do Projecto Quality and You.



## MERCADO

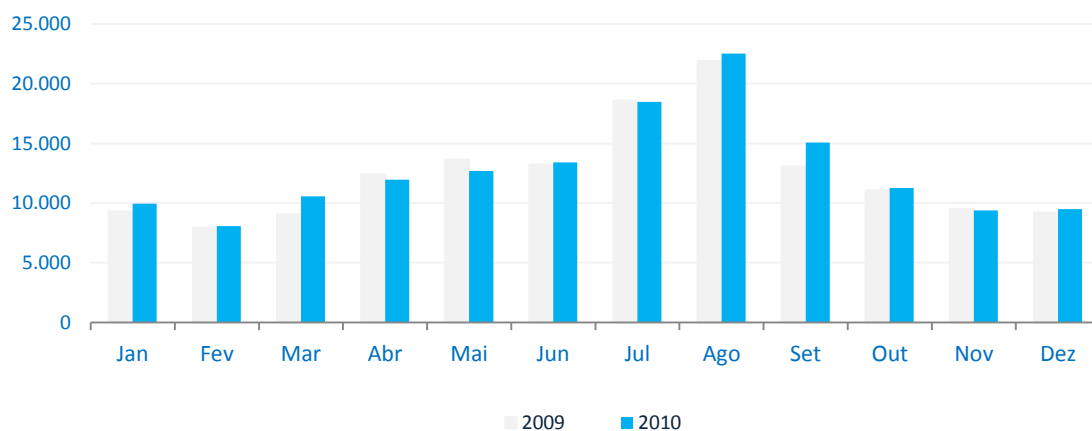
### Evolução mensal dos movimentos

Ao longo do ano verificaram-se diferentes variações, sendo que, no primeiro semestre de 2010 observamos um decréscimo nos movimentos, contrariando o comportamento verificado no resto do ano, traduzindo o comportamento positivo verificado no Transporte Aéreo na Região. Nos meses de Fevereiro e Agosto de 2010 registaram-se 260 e 536 movimentos, respectivamente.



### Evolução mensal dos passageiros

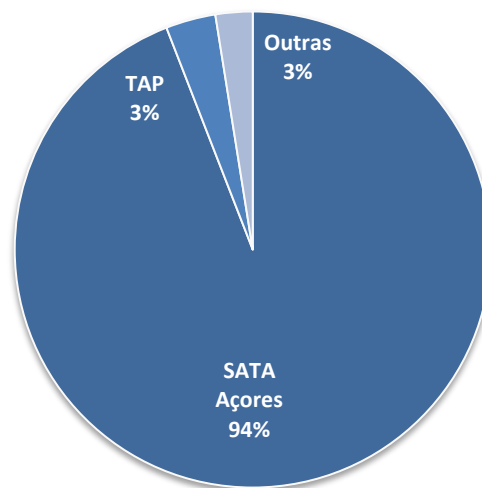
Ao contrário do movimento de aeronaves os passageiros apresentam uma evolução positiva. É igualmente nos meses de Fevereiro e Agosto que se apresenta o maior (21.902) e o menor (7.925) número de passageiros respectivamente.



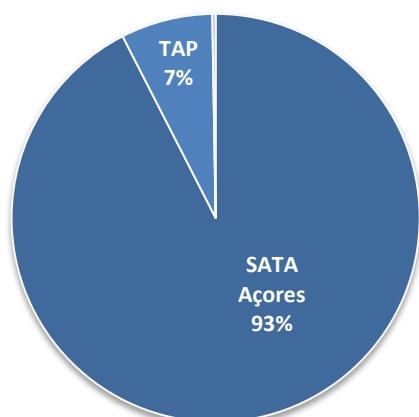
## Movimento de aeronaves por companhia

Os aeródromos SATA são maioritariamente frequentados por aeronaves SATA Açores, apenas no Pico opera outra companhia comercial para além SATA Açores - A TAP Portugal. Relativamente aos restantes aeródromos a SATA Açores detém a totalidade dos movimentos comerciais, sendo consideradas como Outras os movimentos particulares, treino, executivos ou militares.

No ano de 2010 SATA Açores efectuou 94% do total dos movimentos, o que corresponde a 3.888 movimentos, restando 3% para a TAP Portugal que opera entre Lisboa e o Pico com 140 Movimentos e por último também 3% para Outras, com 104 Movimentos.



## Movimento de passageiros por companhia



No mercado de passageiros é igualmente a SATA Açores que representa a maior percentagem de transporte de passageiros, 93% do total dos 152.835, os outros 7% são passageiros transportados pela TAP Portugal.

## PRODUÇÃO

O ano de 2010 caracterizou-se por uma conjuntura difícil no panorama económico, tanto a nível Nacional como Internacional, contudo a redução de movimentos verificada deveu-se sobretudo à nova frota da SP com mais capacidade (-94 MOV), não obstante regista-se uma evolução positiva de 2.7% dos passageiros que utilizaram os aeródromos sob gestão SATA.

	2009	2010	Var. %	Var. Abs
Movimentos	4.226	4.132	-2,2%	-94
Passageiros	148.880	152.835	2,7%	3.955
Carga (Ton)	577,90	562,33	-2,7%	-16
Correio (Ton)	319,27	322,89	1,1%	4

### Evolução anual dos Movimentos (Aterragens/Descolagens)

Movimentos	2009	2010	Var. %	Var. Abs
CVU	470	526	11,9%	56
GRW	992	1.038	4,6%	46
SJZ	1.306	1.198	-8,3%	-108
PIX	1.458	1.370	-6,0%	-88
Total	4.226	4.132	-2,2%	-94

Os aeródromos SATA tiveram um movimento global de 4.132 MOV (aterragens e descolagens), durante o ano de 2010, verificando-se assim uma diminuição de 2,2% comparativamente com o período homólogo do ano anterior, essa diminuição deve-se exclusivamente ao Aeródromo de São Jorge e Aeroporto do Pico.

### Tipo de Movimento

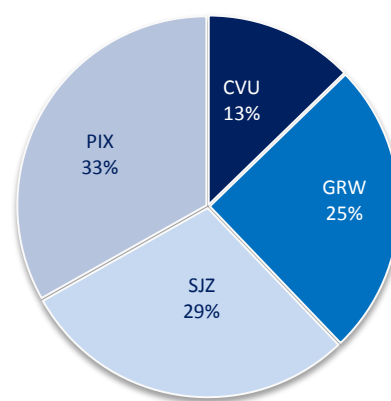
Movimentos	Pico	São Jorge	Graciosa	Corvo	Total
Comercial	1.334	1.170	998	526	4.028
Não Comercial	36	28	40	0	104
Total	1.370	1.198	1.038	526	4.132

## Evolução dos Movimentos por Aeródromo 2009/2010

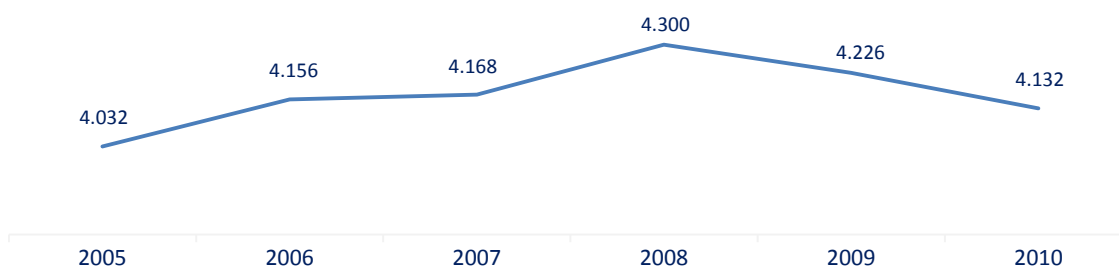


## Distribuição dos movimentos por Aeródromo

Verificamos uma continuidade no domínio do Pico na movimentação de aeronaves, ocupando uma quota de 33% do total dos movimentos, reflectindo-se assim a dimensão desta infra-estrutura em relação às restantes, quer seja em movimentos SATA quer seja por ser o único aeródromo com ligações directas a Lisboa. No entanto, este aeroporto tem vindo a perder terreno para os restantes aeródromos.



## Evolução anual de movimentos



## Evolução anual dos Passageiros (embarcados/desembarcados)

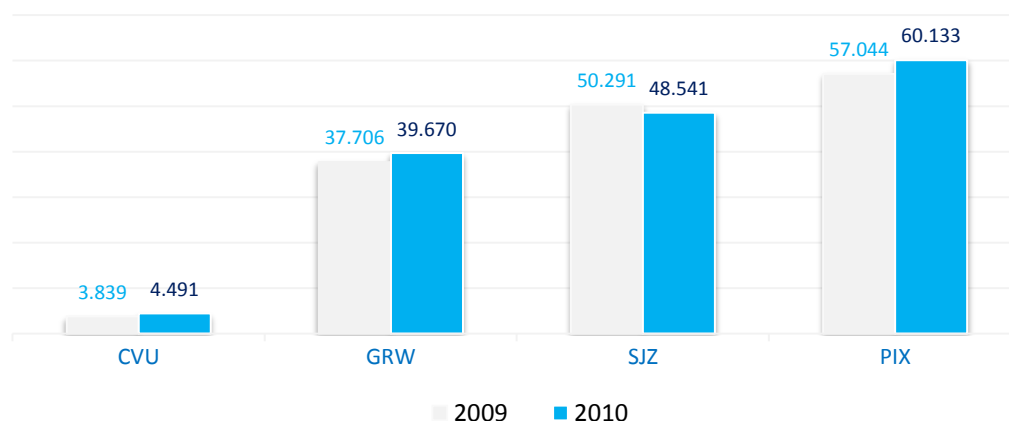
Passageiros	2009	2010	Var. %	Var. Abs
CVU	3.839	4.491	17,0%	652
GRW	37.706	39.670	5,2%	1.964
SJZ	50.291	48.541	-3,5%	-1.750
PIX	57.044	60.133	5,4%	3.089
<b>Total</b>	<b>148.880</b>	<b>152.835</b>	<b>2,7%</b>	<b>1.339</b>

Apesar do decréscimo da movimentação das aeronaves, verifica-se um crescimento positivo no número de passageiros embarcados e desembarcados nos aeródromos SATA. De realçar o crescimento verificado no Corvo, explicado pela duplicação da capacidade da nova aeronave (Q200) que serve actualmente esta Ilha. No entanto é no Aeroporto da Ilha do Pico que se regista a variação absoluta mais significativa, alicerçada no aumento de oferta de lugares da nova frota. Este facto está relacionado com aumento da procura directa do destino Pico, uma vez que, anteriormente, os passageiros sem confirmação procuravam outras alternativas.

### Tipo de Passageiro

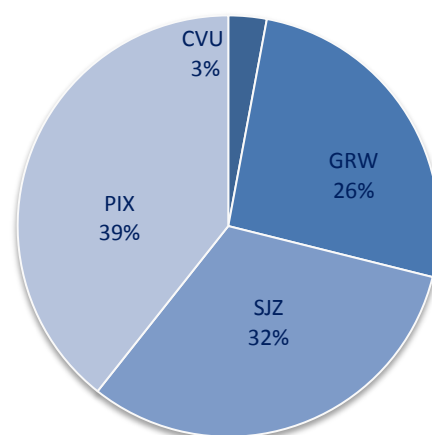
Passageiros	Pico	São Jorge	Graciosa	Corvo	Total
Comercial	60.035	48.399	39.512	4.491	152.437
Não Comercial	98	142	158	0	398
<b>Total</b>	<b>60.133</b>	<b>48.541</b>	<b>39.670</b>	<b>4.491</b>	<b>152.835</b>

### Evolução dos Passageiros por Aeródromo

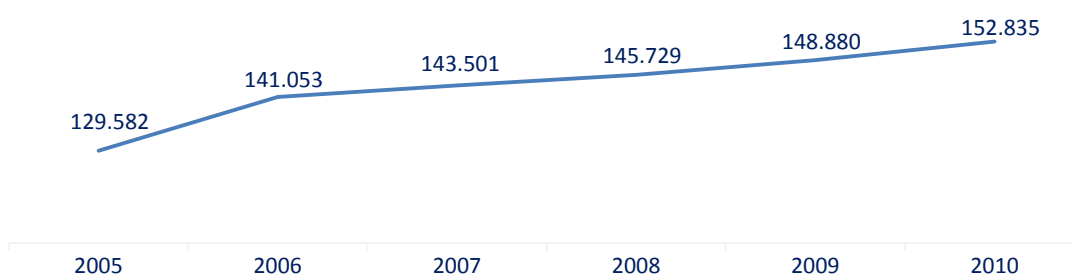


### Distribuição de passageiros por Aeródromo

Tal como verificado na análise dos movimentos, também na variável passageiros o aeródromo do Pico detém a maior percentagem dos passageiros, 39% do total, seguindo-se o de São Jorge 32%, seguido da Graciosa com 26% e por último o Corvo que movimentou apenas 3% do total de passageiros.



### Evolução anual de passageiros



Ao longo dos seis anos sob concessão o registo de passageiros que utilizam os Aeródromos SATA tem vindo a aumentar, o que indica um constante crescimento da procura do destino onde a SGA está inserida. Por seu turno, a SGA garante e oferece as melhores condições de segurança para que possa dar continuidade aos resultados obtidos.

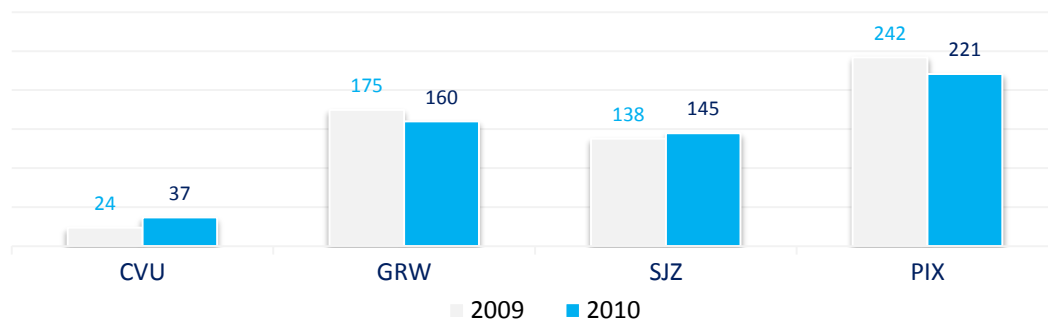
## Evolução anual Carga e Correio (embarcado/desembarcado)

### Carga (ton.)

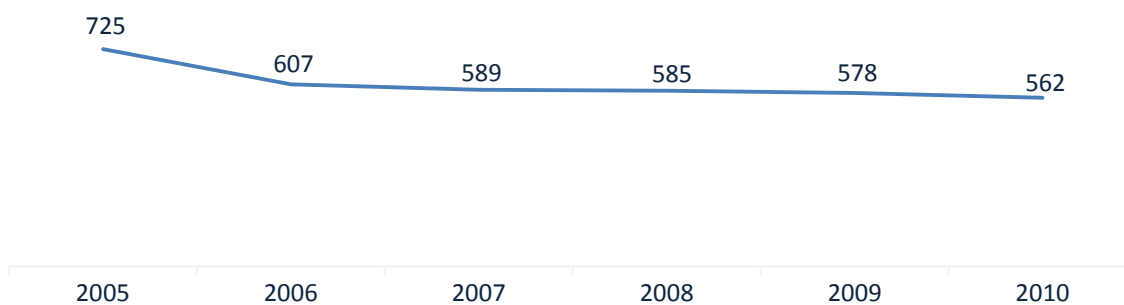
Carga	2009	2010	Var. %	Var. Abs
CVU	24	37	55,7%	13
GRW	175	160	-8,4%	-15
SJZ	138	145	5,1%	7
PIX	242	221	-8,8%	-21
<b>Total</b>	<b>578</b>	<b>562</b>	<b>-2,7%</b>	<b>-16</b>

O transporte de carga por via aérea continua, nos Açores, a sofrer uma forte concorrência do meio de transporte marítimo. Nesse sentido, e perante uma conjuntura desfavorável, manteve-se a tendência decrescente desta variável. No entanto o Aeródromo do Corvo inverteu essa situação, acumulando um crescimento de 55,7%. Esse comportamento deve-se particularmente à nova aeronave, que possibilita o transporte de pescado entre a Ilha do Corvo e a Ilha da Flores.

### Evolução da Carga por Aeródromo (ton.)



### Evolução anual da Carga (ton.)

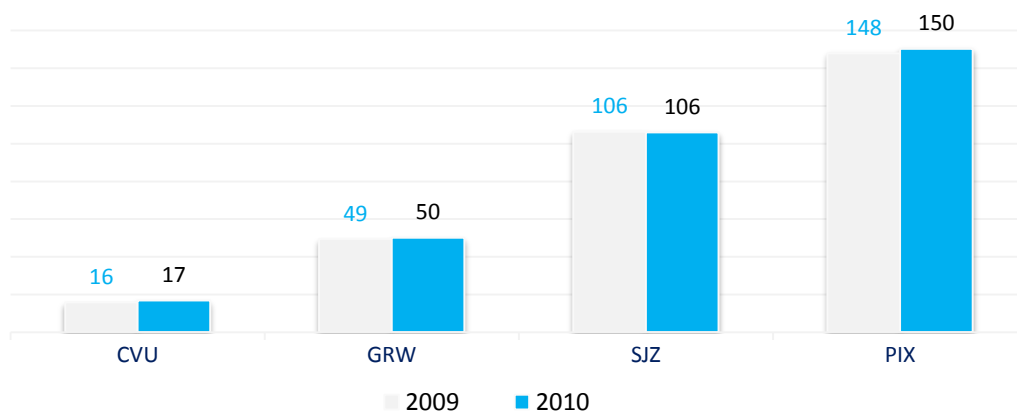


### Correio (ton.)

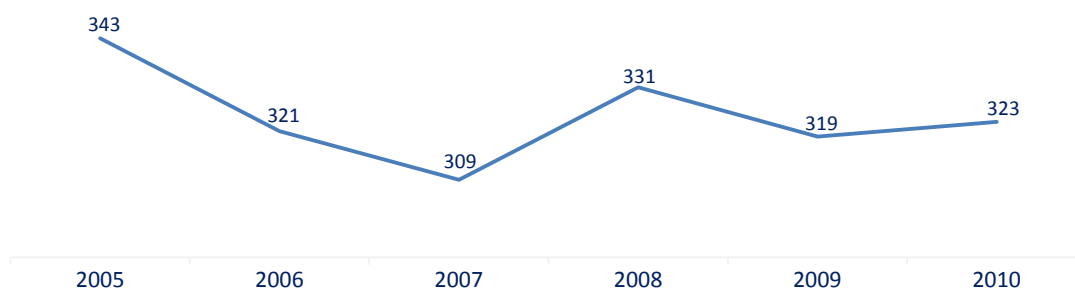
Correio	2009	2010	Var. %	Var. Abs
CVU	16	17	6,4%	1
GRW	49	50	1,3%	1
SJZ	106	106	-0,3%	0
PIX	148	150	1,6%	2
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>323</b>	<b>1,1%</b>	<b>4</b>

Ao contrário do que se apurou no transporte da carga, o transporte de correio apresenta uma evolução positiva em 2010, situação que se verifica na maioria dos aeródromos SATA, com uma maior acentuação no Aeroporto do Pico que apresenta uma variação absoluta de 2 TON de correio movimentado.

### Evolução da Carga por Aeródromo (ton.)



### Evolução Anual de Correio (ton.)

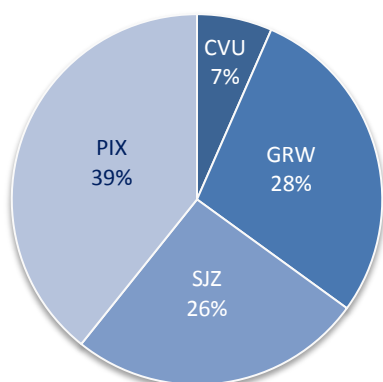


### Distribuição por Aeródromo

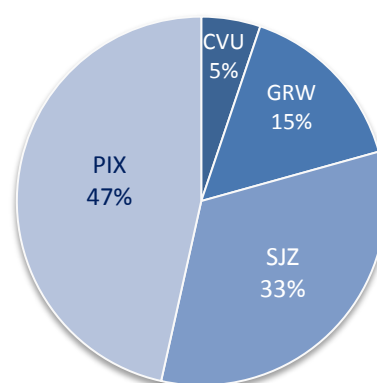
Como podemos constatar, o transporte de carga apresenta um decréscimo comparativamente com o ano de 2009, situação que tem vindo a registar-se desde 2005. Essa diminuição de carga deve-se, essencialmente, à redução do transporte de pescado pelos aviões SATA. O aeródromo do Pico foi o que movimentou maior quantidade de carga e correio, com 39% do total da carga e 47% do total de correio.

Os gráficos abaixo apresentam a distribuição do correio e da carga (embarcado e desembarcado) por aeródromo.

Distribuição de Carga por Aeródromo



Distribuição de Correio por Aeródromo



## INVESTIMENTO REALIZADOS

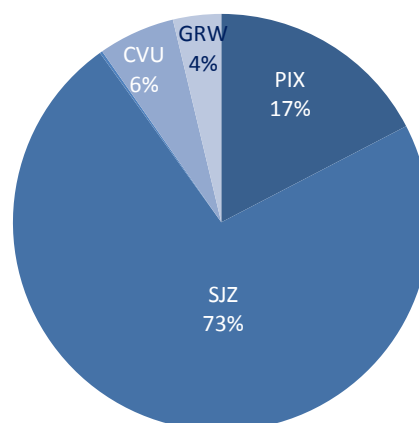
Na sequência dos normativos contratuais, estabelecidos entre o Governo dos Açores e a SATA Gestão de Aeródromos, S.A., tem sido aprovado anualmente, por Resoluções do Conselho de Governo, o Plano de Exploração dos Aeródromos Regionais, de acordo com o estipulado na cláusula 11.ª do referido contrato, sendo à SATA Gestão de Aeródromos, S. A. confiada a realização dos investimentos aprovados.

Actualmente encontra-se em vigor a Resolução n.º 113/2009, de 30 de Junho, que aprovou investimentos para os aeródromos, com um valor total estimado de 36.856.840,00€, e a Resolução n.º 31/2010, de 02 de Março, e dos novos investimentos e reforçou o valor total estimado dos investimentos em curso, num montante de mais 6.375.611,00 €.

Assim sendo, o montante global estimado dos investimentos nos aeródromos regionais, em curso e previstos, ascende a 43.232.451,00 €.

### Investimentos em curso

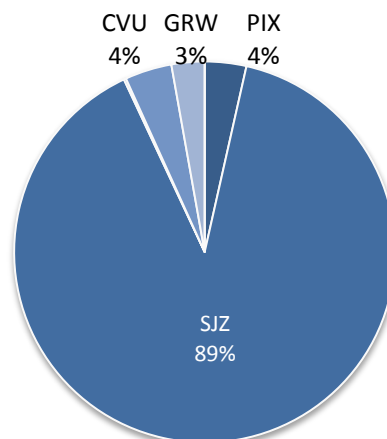
Ilha	Valor
Pico	6.344m€
S. Jorge	26.559m€
Flores	77m€
Corvo	2.174m€
Graciosa	1.365m€
Total	36.518m€



O principal investimento a realizar nos aeródromos sob concessão SATA Gestão de Aeródromos decorre no Aeródromo de São Jorge, absorvendo 73% das verbas em curso, sendo a Empreitada de Alargamento e Ampliação da Pista a de mais significativo encargo, com um orçamento revisto de 24.886m€, ou seja 68% do total dos investimentos em curso na empresa.

## Investimentos em 2010

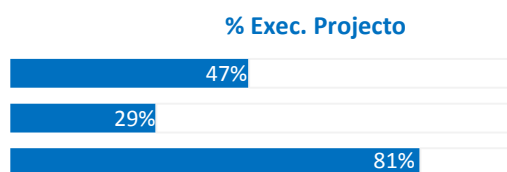
Ilha	Total	%
Pico	647 €	4%
São Jorge	16.428 €	90%
Flores	34 €	0%
Corvo	730 €	4%
Graciosa	515 €	3%
<b>Total</b>	<b>18.354 €</b>	<b>100%</b>



Os investimentos realizados nos aeródromos regionais, durante 2010, ultrapassaram os 18 Milhões de euros.

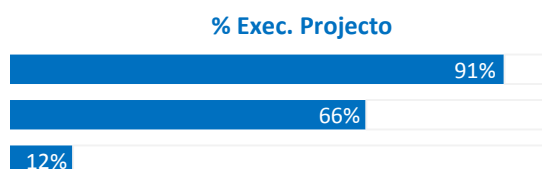
O Aeródromo de São Jorge foi a infra-estrutura mais beneficiada no processo, totalizando cerca de 90% do dispêndio total, destacando-se a empreitada de ampliação e alargamento da pista como responsável pela absorção de mais de 94% do capital investido.

Aeródromo do Pico	Total	%
Armazém de Carga	408m€	63%
Instalação do ILS	120m€	19%
Outros	119m€	18%
<b>Total</b>	<b>647m€</b>	<b>100%</b>



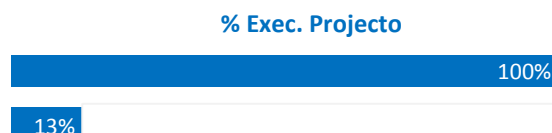
No Aeródromo do Pico as principais execuções assentam nas empreitadas de Armazém de Carga e Instalação de ILS, de referir na rubrica “Outros” a empreitada da Sala VIP e o reforço de abastecimento de água, nestes últimos a execução é de 100%.

Aeródromo de São Jorge	Total	%
Ampliação e alargamento da pista	15.772m€	96%
Aquartelamento de bombeiros	605m€	4%
Outros	51m€	0%
<b>Total</b>	<b>16.428m€</b>	<b>100%</b>



A principal execução no Aeródromo de São Jorge refere-se à Empreitada de Ampliação e Alargamento da pista 96% do total executado, a execução do Aquartelamento de Bombeiros representa 4%.

<b>Aerogare das Flores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Sinalização e Letring	33m€	97%
Outros	1€	3%
<b>Total</b>	<b>34m€</b>	<b>100%</b>



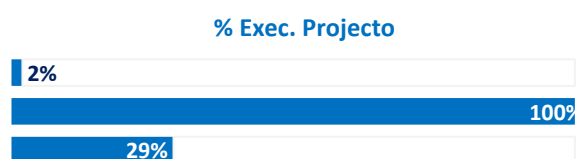
Na Aerogare das Flores, a rubrica “Outros” contempla a impermeabilização do lado ar e a empreitada de remodelação e ampliação da aerogare, de valor pouco significativo.

<b>Aeródromo do Corvo</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Reforço do pavimento da pista e TWR	710m€	97%
Outros	20m€	3%
<b>Total</b>	<b>730m€</b>	<b>100%</b>



O reforço e pavimento da pista e TWR foram a principal e mais significativa execução no Aeródromo do Corvo, a rubrica “Outros” que contempla a obra de beneficiação da Aerogare na qual se encontra totalmente executada.

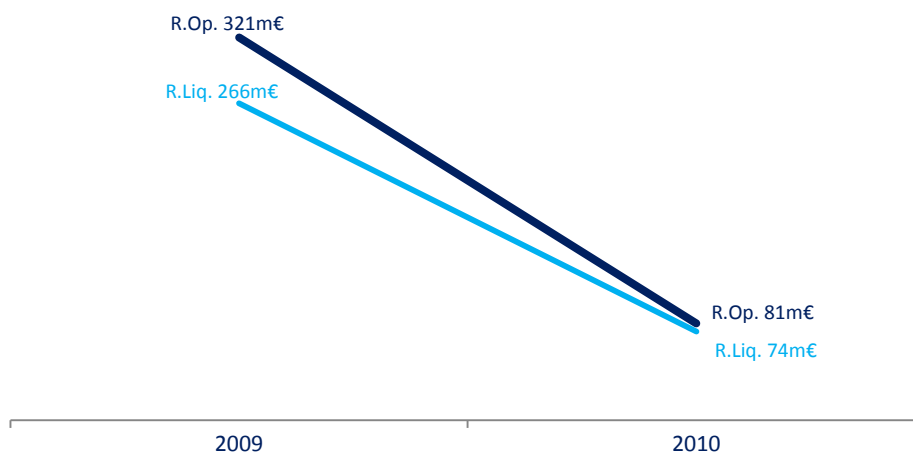
<b>Aeródromo da Graciosa</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Aquartelamento de bombeiros	19m€	4%
Viatura de Bombeiros	415m€	81%
Outros	81m€	16%
<b>Total</b>	<b>515m€</b>	<b>100%</b>



A Aquisição da viatura dos bombeiros E-ONE foi o investimento mais significativo no Aeródromo da Graciosa. A construção do Aquartelamento de Bombeiros e Tanque de Água para Viaturas surge da necessidade de um edifício compatível com os meios humanos e técnicos existentes no aeródromo da Graciosa. Esta obra apenas teve uma execução de 19m€, no entanto o seu valor total ascende aos 1.066m€.

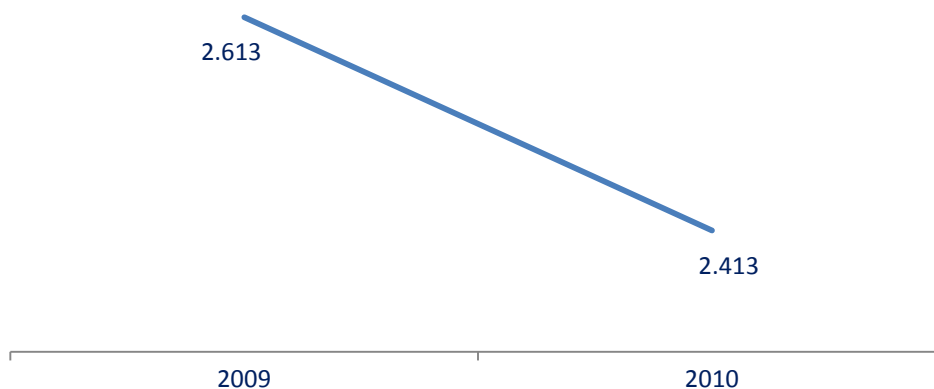
**ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA****Evolução de Resultados obtidos em 2009-2010 (milhares de euros)**

<b>Resultados 2009-2010</b>		
Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
Rendimentos Operacionais	2.613	2.413
Gastos Operacionais	2.292	2.332
Resultados operacionais	321	81
Act. Financiamento (Gastos/Rend.)	0	0
Resultados Antes de Impostos	321	81
Imp. Rend. Exercício	-55	-7
Resultado líquido do exercício	266	74



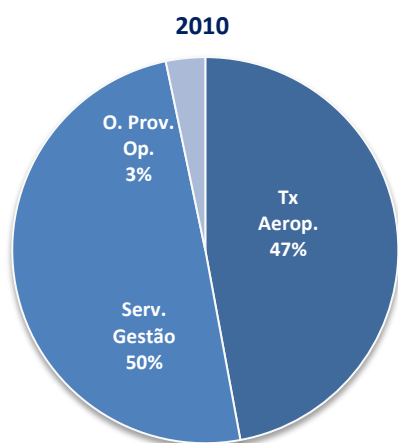
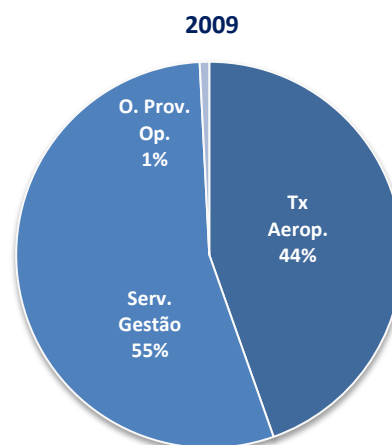
<b>Gastos e Rendimentos Operacionais</b>		
Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
Taxas Aeroportuárias	1.165	1.136
Serviços de Gestão	1.427	1.198
Outros Rendimentos	21	79
Rendimentos Operacionais	2.613	2.413
Fornec. Serviços Externos	1.871	1.693
Gastos com Pessoal	357	471
Outros Gastos e Perdas	64	167
Gastos Operacionais	2.292	2.332
Resultados Operacionais	321	81

## Rendimentos Operacionais (mEur)



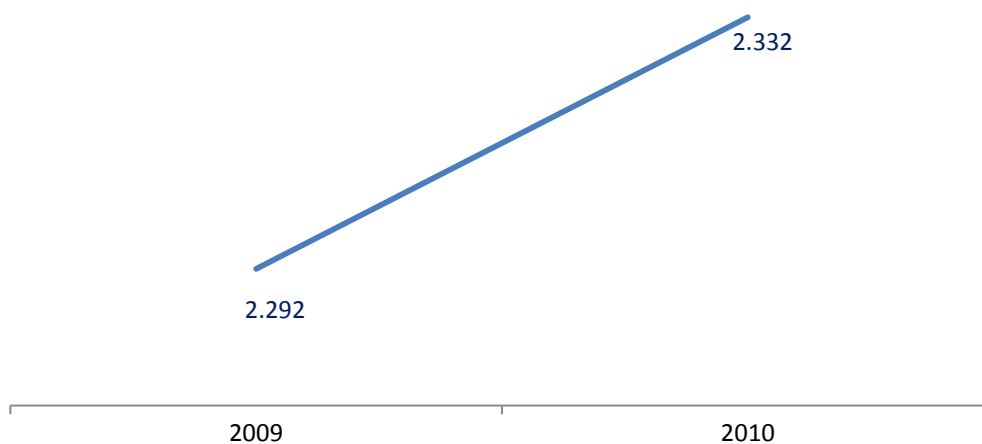
Face a 2009, o volume de Rendimentos Operacionais decresce cerca de 200 mil euros pelo facto de, naquele ano, terem sido registadas nesse montante facturação à da Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos relativos à actualização da compensação dos anos de 2006, 2007 e 2008 de acordo com a evolução do IPC.

De destacar a alteração, em 2010 e por imposição do SNC, do critério de contabilização das amortizações dos equipamentos da concessão, deixando de estarem reflectidos da Demonstração de Resultados da SATA Gestão de Aeródromos, facto sem impacto sobre o resultado da Empresa, uma vez que a alteração do gasto teve igual correspondência nos rendimentos.

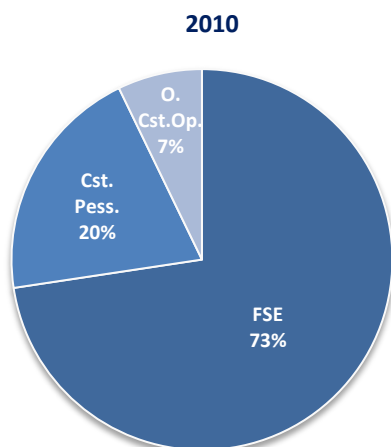
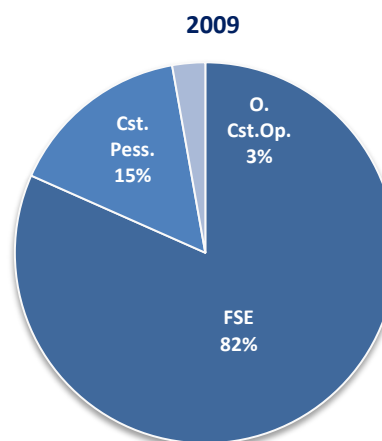


O crescimento verificado na rubrica "Outros Rendimentos Operacionais" é referente a uma regularização de valores de taxas aeroportuárias retidas pela SATA Air Açores e referentes a anos anteriores.

### Gastos Operacionais (mEUR)



No que diz respeito a Gastos Operacionais, face a 2009, regista-se um crescimento pouco significativo de cerca de 2%. No entanto, na estrutura de Gastos, destaca-se a redução do peso de Fornecimentos e Serviços Externos por força da redução da rubrica “Manutenção de Material Técnico e Instalações”, que assumiu, na exploração da empresa, particular destaque no total de custos registados durante o exercício de 2009 face a 2010.



O crescimento de 5p.p. no valor referente a custos com pessoal é fruto do aumento do efectivo da SATA Gestão de Aeródromos de 12 para 14 colaboradores.

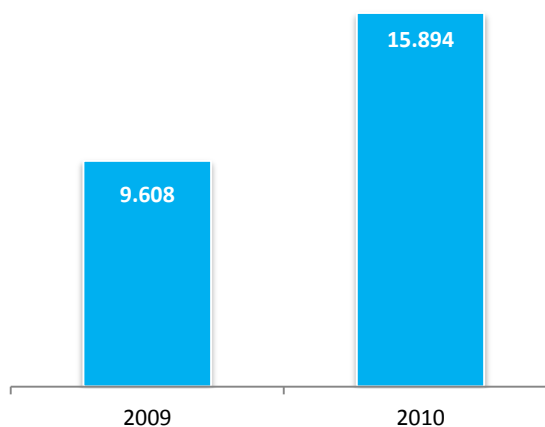
<b>Unidade: mEuros (mil Euros)</b>	2009	2010
<b>EBITDAR</b>	351	190
Resultado Operacional	321	81
Rendas	0	0
Amortizações	30	108

Face ao exercício anterior, os meios libertos de exploração apresentaram um decréscimo considerável justificado em grande parte pela redução dos resultados operacionais face ao registado no período anterior, associado a um ligeiro crescimento nos custos operacionais.

### Activo, Capital Próprio e Situação Financeira

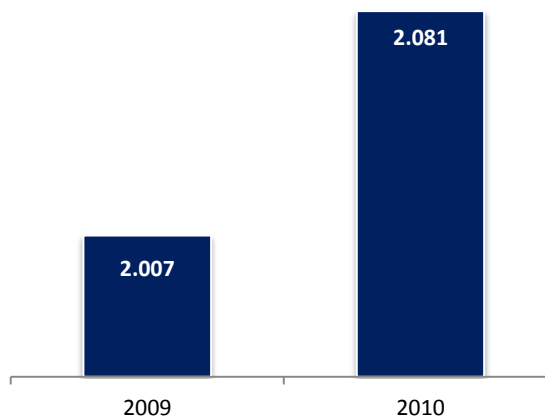
#### Activo Líquido (mEUR)

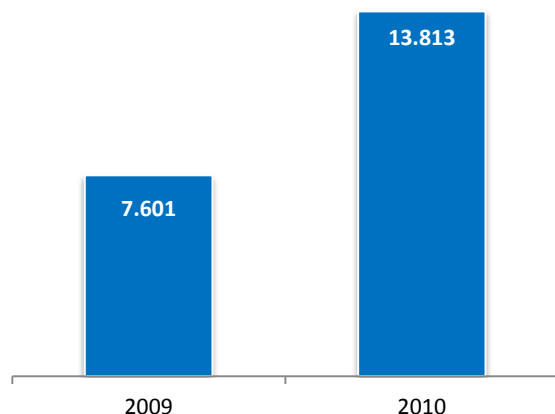
O valor do Activo da SATA Gestão de Aeródromos apresenta um crescimento face a 2009 por força dos montantes registados a 31 de Dezembro de 2010 na rubrica “Outras Contas a Receber” referentes a créditos relativos à participação da construção e melhoramentos dos aeródromos regionais, tendo aumentado devido ao crescimento da actividade da empresa.



#### Capital Próprio (mEUR)

A variação verificada nos Capitais Próprios decorre da inclusão, nesta rubrica, dos Resultados Líquidos obtidos nos exercícios de 2009 e 2010.



**Passivo (mEUR)**

O Passivo da SATA Gestão de Aeródromos apresenta um crescimento de cerca de 6M de euros. Contribuem para esta variação a rubrica “Fornecedores”, com um crescimento de cerca de 2,3M de euros, devido a facturação da Empreitada de Prolongamento da Pista do Aeródromo de São Jorge, montantes que posteriormente serão objecto de financiamento pelo Pro-Convergência.

A rubrica “Accionistas” aumenta 5M€ face a 2009 devido a reforços de tesouraria entre empresas do Grupo SATA para fazer face aos investimentos iniciais das empreitadas a serem posteriormente reembolsados por Fundos Comunitários, processo que explica o crescimento verificado no Passivo, implicando assim uma redução na sua solvabilidade, pela necessidade de efectuar pagamentos aos adjudicantes.

**Estrutura Financeira**

Estrutura Financeira	2009	2010
Solvabilidade	26,40%	15,07%
Endividamento	79,11%	86,91%
Autonomia financeira	20,89%	13,09%

O aumento do peso de Capitais Alheios acima descrito provoca um aumento do indicador de Endividamento e diminuição da Autonomia Financeira face ao ano anterior, valores fortemente influenciados pela taxa e volume de execução das obras.

**Indicadores de Rendibilidade**

Rendibilidade	2009	2010
Rendibilidade Operacional	12,27%	3,37%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	13,24%	3,57%
Rendibilidade do Activo	2,76%	0,47%

Os indicadores de Rendibilidade face a 2009 reflectem a diminuição verificada nos Resultados Operacionais e Líquidos da Empresa.

A nível Operacional, 2009 apresentou resultados superiores por força de regularizações e actualização de preços que resultaram em transferências extraordinárias por parte da D.R.T.A.M no valor de 200 mil euros.

A rendibilidade do Activo e Capitais Próprios evidenciam os efeitos dos menores resultados auferidos face a 2009 tendo em conta os esforços dispendidos para os receber que, no caso do Activo, foram superiores ao registado no exercício anterior.

## APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da SATA Gestão de Aeródromos declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SATA Gestão de Aeródromos, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício - positivo de 74.306,08 euros – seja aplicado do seguinte modo:

Resultados Transitados	70.590,78 €
Reserva Legal	3.715,30 €
	<hr/>
	74.306,08 €

Ponta Delgada, 22 de Março 2011

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes  
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl  
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata  
(Administradora)

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**SATA – Gestão de Aeródromos, S.A.**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dez.2010	31 Dez.2009
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	6	164.302	91.406
Total do activo não corrente		164.302	91.406
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	7	263	288
Clientes	8	17.813	20.323
Adiantamentos a fornecedores	8	-	247
Estados e outros entes públicos	9	129.789	149.379
Accionistas	8	-	2.558.969
Outras contas a receber	8	13.459.967	6.506.465
Diferimentos	10	28.139	495
Caixa e depósitos bancários	4	2.093.677	279.943
Total do activo corrente		15.729.648	9.516.109
<b>Total do activo</b>		<b>15.893.950</b>	<b>9.607.515</b>

**SATA – Gestão de Aeródromos, S.A.**  
**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 Dez.2010	31 Dez.2009
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	11	250.000	250.000
Acções (quotas) próprias			
Reservas legais	11	87.842	74.561
Resultados transitados		1.668.991	1.416.657
Outras variações no capital próprio			-
		<u>2.006.833</u>	<u>1.741.218</u>
Resultado líquido do exercício		74.306	265.615
<b>Total do capital próprio</b>		<u>2.081.139</u>	<u>2.006.833</u>
<b>PASSIVO:</b>			
Fornecedores	12	5.813.505	3.467.623
Adiantamentos de clientes	13	27	-
Estado e outros entes públicos	9	28.469	54.327
Accionistas	12	5.835.258	-
Outras Contas a Pagar	13	2.135.552	4.078.732
<b>Total do passivo</b>		<u>13.812.811</u>	<u>7.600.682</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u>15.893.950</u>	<u>9.607.515</u>

O anexo faz parte integrante deste balanço em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Jorge Ferreira da Silva

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes  
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl  
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata  
(Administradora)

**SATA - Gestão de Aeródromos, S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Posição no início do exercício de 2009</b>		250.000	60.126	1.142.400	-	288.692	1.741.218
Aplicação do resultado do exercício de 2008	11	-	14.435	274.257	-	(288.692)	-
		250.000	74.561	1.416.657	-	-	1.741.218
<b>Resultado líquido do exercício de 2009</b>					-	265.615	265.615
<b>Resultado integral</b>					-	265.615	265.615
<b>Posição no fim do exercício de 2009</b>		250.000	74.561	1.416.657	-	265.615	2.006.833
Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início do exercício de 2010</b>		250.000	74.561	1.416.657	-	265.615	2.006.833
Aplicação do resultado do exercício de 2009	11	-	13.281	252.334	-	(265.615)	-
		250.000	87.842	1.668.991	-	-	2.006.833
<b>Alterações no exercício:</b>							
Outros		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício de 2010</b>					-	74.306	74.306
<b>Resultado integral</b>					-	74.306	74.306
<b>Posição no fim do exercício de 2010</b>		250.000	87.842	1.668.991	-	74.306	2.081.139

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes  
(Presidente)Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl  
(Administradora)Isabel Maria dos Santos Barata  
(Administradora)

## SATA - Gestão de Aeródromos, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	14	2.333.913	2.591.699
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(3.202)	(4.647)
Fornecimentos e serviços externos	15	(1.693.490)	(1.870.987)
Gastos com o pessoal	16	(471.135)	(356.793)
Outros rendimentos e ganhos	17	79.402	20.805
Outros gastos e perdas	18	(55.921)	(29.072)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>189.567</b>	<b>351.005</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	6	(108.223)	(30.323)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>81.344</b>	<b>320.682</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	19	(7.038)	(55.067)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>74.306</b>	<b>265.615</b>
<b>Resultado por acção básico</b>		<b>1,486</b>	<b>5,312</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes  
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl  
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata  
(Administradora)

**SATA - Gestão de Aeródromos, S.A.**

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		1.138.910	1.155.356
Pagamentos a fornecedores		(1.495.461)	(1.739.766)
Pagamentos ao pessoal		(461.869)	(364.514)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(818.420)</b>	<b>(948.924)</b>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(64.593)	7.537
Outros recebimentos / (pagamentos)		2.876.823	1.222.668
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>		<b>1.993.810</b>	<b>281.281</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(180.076)	(42.639)
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>		<b>(180.076)</b>	<b>(42.639)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]</b>		<b>1.813.734</b>	<b>238.642</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>8</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	4	279.943	41.293
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	4	2.093.677	279.943

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes  
(Presidente)Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl  
(Administradora)Isabel Maria dos Santos Barata  
(Administradora)

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

### 1. Nota Introdutória

A SATA - Gestão de Aeródromos, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Infante D. Henrique, em Ponta Delgada, foi constituída em 12 de Janeiro de 2005 e tem por objecto social a exploração em regime de concessão, do direito de promover e executar o planeamento e a exploração do serviço público de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e na Aerogare das Flores.

O Governo Regional dos Açores, em resultado de concurso público, atribuiu à Empresa a concessão de serviços públicos aeroportuários de apoio à aviação civil, por um período de 10 anos através de contrato assinado em 1 de Julho de 2005.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 22 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e que se encontram consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF”.

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”), Directrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respectivas notas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efectuados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, foram efectuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

A transição para as NCRF resultou nas seguintes alterações em políticas contabilísticas:

Adopção supletiva do IFRIC 12 emitido pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”). Na data de transição a Empresa passou a adoptar o IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços - que determina como os operadores de serviços de concessão devem aplicar as IFRS na contabilização das obrigações de investimento assumidas e dos direitos obtidos decorrentes da assinatura de contratos de concessão.

A IFRIC 12 foi emitida pelo IFRIC em Novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2008. A sua adopção pela União Europeia ocorreu em 25 de Março de 2009, ficando estabelecida a sua aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente (“Região Autónoma dos Açores”, ou “R.A.A.”) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (“SATA Gestão de Aeródromos”) mediante a utilização da infra-estrutura, a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infra-estrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infra-estruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão atribuída à SATA Gestão de Aeródromos encontra-se abrangida no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- i. A concessão é exercida em regime de serviço público, nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores;
- ii. As receitas da concessionária (taxas) são fixadas pelo membro do Governo Regional (concedente), após despacho favorável do membro do Governo Regional;
- iii. A extinção da concessão opera a reversão para a concedente de todos os bens do domínio público e dos demais, ainda que custeados pela concessionária, não podendo esta invocar direito de retenção ou reclamar indemnização;
- iv. É da responsabilidade da concessionária os encargos com as obras de conservação / manutenção / reparação ordinárias dos edifícios e equipamentos, bem como a aquisição de novos equipamentos e outros meios necessários ao normal funcionamento e desenvolvimento dos aeródromos concessionados.

Atendendo à tipologia da concessão da Empresa, nomeadamente no que respeita ao enquadramento legal que abrange a sua concessão, foi entendimento da Empresa que o modelo que melhor se adequa à sua realidade em concreto é o modelo do activo financeiro, na medida em que possui um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro activo financeiro relativamente à actividade de conservação / manutenção / reparação ordinária dos edifícios e equipamentos, bem como sobre os contratos de construção, da parte da entidade concedente, ou segundo as instruções desta (pelo que não existe risco de cobrança).

Decorrente da adopção das NCRF e IFRIC 12, não ocorreram alterações nos capitais próprios entre o anterior referencial contabilístico (POC) em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009.

Os saldos de abertura a 1 de Janeiro de 2010 incluem o efeito da adopção do IFRIC 12 com a reexpressão da informação financeira comparativa. Os efeitos, no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF e IFRIC 12, detalham-se como se segue:

ACTIVO	31.12.2009			
	POC	Reclassificações de conversão para as NCRF e IFRIC 12		NCRF
		Activos afectos à concessão	Outros	
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>				
Activos fixos tangíveis	1.526.951	(1.435.545)	-	91.406
	<u>1.526.951</u>	<u>(1.435.545)</u>	<u>-</u>	<u>91.406</u>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>				
Inventários	288	-	-	288
Clientes	400.721	-	(380.398)	20.323
Adiantamentos a fornecedores	247	-	-	247
Estados e outros entes públicos	149.379	-	-	149.379
Accionistas	-	-	2.558.969	2.558.969
Outras contas a receber	6.126.067	-	380.398	6.506.465
Diferimentos	495	-	-	495
Caixa e depósitos bancários	279.943	-	-	279.943
Empresas do grupo	2.558.969	-	(2.558.969)	-
	<u>9.516.109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.516.109</u>
<b>Total do activo</b>	<u>11.043.060</u>	<u>(1.435.545)</u>	<u>-</u>	<u>9.607.515</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31.12.2009			
	POC	Reclassificações de conversão para as NCRF e IFRIC 12		NCRF
		Activos afectos à concessão	Outros	
<b>Capital Próprio</b>				
Capital realizado	250.000	-	-	250.000
Reservas legais	74.561	-	-	74.561
Resultados transitados	1.416.657	-	-	1.416.657
Resultado líquido do exercício	265.615	-	-	265.615
<b>Total do capital próprio</b>	<u>2.006.833</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.006.833</u>
<b>Passivo</b>				
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>				
Fornecedores	3.467.623	-	-	3.467.623
Estado e outros entes públicos	54.327	-	-	54.327
Outras contas a pagar	3.866.488	-	212.244	4.078.732
Diferimentos	1.435.560	(1.435.545)	(15)	-
Empresas do grupo	212.229	-	(212.229)	-
	<u>9.036.227</u>	<u>(1.435.545)</u>	<u>-</u>	<u>7.600.682</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>9.036.227</u>	<u>(1.435.545)</u>	<u>-</u>	<u>7.600.682</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<u>11.043.060</u>	<u>(1.435.545)</u>	<u>-</u>	<u>9.607.515</u>

A natureza das reclassificações de conversão para as NCRF é a seguinte:

- a) Na sequência da adopção da IFRIC 12, os equipamentos e outros meios necessários ao normal funcionamento e desenvolvimento das infra-estruturas concessionadas, deixaram de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, atendendo ao facto de as mesmas serem comparticipadas na totalidade e que o acordo de prestação contratual de serviços não confere ao concessionário o direito de controlar o uso das infra-estruturas de serviço público. O concessionário tem acesso às infra-estruturas, a fim de prestar o serviço público por conta da entidade concedente, de acordo com as condições especificadas no contrato. Tal comparticipação era reconhecida na rubrica “Diferimentos” e reconhecida pelo período de vida útil dos bens afectos.

- b) Na coluna “Outros”: (i) reclassificação dos saldos a receber da Secretaria Regional da Economia, pelos serviços prestados ao abrigo da concessão, da rubrica “Clientes” para “Outras contas a receber”; e (ii) correcta classificação dos saldos com o accionistas e empresas do Grupo SATA, que no anterior normativo estavam registadas nas rubricas do activo e passivo “Empresas do grupo”;

Decorrente da adopção das NCRF e IFRIC 12, não ocorreram alterações no resultado líquido do exercício entre o anterior referencial contabilístico (POC) em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009. O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009				
	POC	Reclassificações de conversão para as NCRF e IFRIC 12			NCRF
		Activos afectos à concessão	Resultados financeiros	Resultados extraordinários	
Vendas e serviços prestados	2.591.699	-	-	-	2.591.699
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.647)	-	-	-	(4.647)
Fornecimentos e serviços externos	(1.870.987)	-	-	-	(1.870.987)
Gastos com o pessoal	(356.793)	-	-	-	(356.793)
Outros rendimentos e ganhos	447.712	(447.712)	8	20.797	20.805
Outros gastos e perdas	(970)	-	(27.851)	(251)	(29.072)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	806.014	(447.712)	(27.843)	20.546	351.005
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	(478.035)	447.712	-	-	(30.323)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	327.979	-	(27.843)	20.546	320.682
Juros e rendimentos similares obtidos	8	-	(8)	-	-
Juros e gastos similares suportados	(27.851)	-	27.851	-	-
Resultados extraordinários	21.908	-	-	(21.908)	-
Resultado antes de impostos	322.044	-	-	(1.362)	320.682
Impostos sobre o rendimento do exercício	(56.429)	-	-	1.362	(55.067)
Resultado líquido do exercício	265.615	-	-	-	265.615

As principais reclassificações do exercício, respeitam a:

- Atendendo ao facto que foram desreconhecidos do balanço os equipamentos e outros meios necessários ao normal funcionamento e desenvolvimento das infra-estruturas concessionadas, bem como o diferimento da participação, na demonstração de resultados foram desreconhecidas as amortizações de tais bens e a participação afecta, que ascendiam a 447.712 Euros.
- Resultados financeiros – reclassificação para “Outros gastos e perdas” e “Outros proveitos e ganhos” os montantes relacionados com diferenças cambiais e gastos com garantias bancárias.
- Resultados extraordinários – de acordo com a “NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras”, uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na face da demonstração dos resultados quer no anexo, pelo que os mesmos foram reclassificados para as respectivas rubricas de gastos e rendimentos em função da respectiva natureza.

Quanto à demonstração dos fluxos de caixa, com a transição para as NCRF a Empresa passou a elaborar a referida demonstração pelo método directo, quando no anterior normativo apresentava pelo método indirecto. Os impactos nas actividades anteriormente reportadas pela Empresa, descrevem-se como segue:

	<b>Anterior referencial contabilístico</b>	<b>Efeito da transição para NCRF</b>	<b>NCRF</b>
Fluxos de caixa das actividades operacionais	384.299	(103.018)	281.281
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(117.806)	75.167	(42.639)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(27.851)	27.851	-
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>238.642</b>	<b>-</b>	<b>238.642</b>
Efeito das diferenças de câmbio	8	-	8
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>41.293</b>	<b>-</b>	<b>41.293</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>279.943</b>	<b>-</b>	<b>279.943</b>

As principais alterações prendem-se com: (i) a reclassificação de aquisições de activos fixos tangíveis afectos à concessão, da rubrica de actividades de investimento para actividades operacionais; e (ii) reclassificação de encargos com garantias bancárias de actividades de financiamento para actividades operacionais.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes.

#### 3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### 3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, sendo determinadas em função da vida útil estimada dos activos, conforme segue:

<b>Bem</b>	<b>Anos de vida útil</b>
Equipamento básico	7 - 10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros activos tangíveis	3 - 8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerarem benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na

demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.4 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração de resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, casos em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem situações geradoras de impostos diferidos.

### 3.5 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença. As variações do exercício nas

perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio.

### 3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

#### d) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, essencialmente, valores a receber do concedente, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

## Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito da Empresa consiste nos serviços que presta a terceiros nos aeródromos que explora. No entanto, caso o valor de tais serviços anualmente não ascenda ao valor contratado com o Governo Regional dos Açores, o diferencial é compensado por esta entidade até ao limite do contrato de concessão, no qual está definido o valor a ser atribuído à Empresa.

### 3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber.

### 3.9 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

### 3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### 4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos, quando aplicável, de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 8)	2.093.677	279.943
	<u>2.093.677</u>	<u>279.943</u>

#### 5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com excepção do referido na Nota 2, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que deveriam ser corrigidos.

#### 6. Activos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010					Total
	Equipam. básico	Ferramentas e utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Adiantamentos	
<b>Activos</b>						
Saldo inicial	119.450	449	44.247	49.638	-	213.784
Aquisições	134.983	-	36.576	6.741	2.930	181.230
Abates	-	-	(413)	-	-	(413)
Saldo final	<u>254.433</u>	<u>449</u>	<u>80.410</u>	<u>56.379</u>	<u>2.930</u>	<u>394.601</u>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	81.848	225	27.228	13.077	-	122.378
Amortizações do exercício	82.262	112	17.210	8.639	-	108.223
Abates	-	-	(302)	-	-	(302)
Saldo final	<u>164.110</u>	<u>337</u>	<u>44.136</u>	<u>21.716</u>	<u>-</u>	<u>230.299</u>
<b>Activos líquidos</b>	<u>90.323</u>	<u>112</u>	<u>36.274</u>	<u>34.663</u>	<u>2.930</u>	<u>164.302</u>

	2009					Total
	Equipam. básico	Ferramentas e utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Adiantamentos	
<b>Activos</b>						
Saldo inicial	95.638	449	37.510	37.945	-	171.542
Aquisições	23.812	-	6.737	11.693	-	42.242
Saldo final	119.450	449	44.247	49.638	-	213.784
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	63.482	112	20.706	7.755	-	92.055
Amortizações do exercício	18.366	113	6.522	5.322	-	30.323
Saldo final	81.848	225	27.228	13.077	-	122.378
<b>Activos líquidos</b>	37.602	224	17.019	36.561	-	91.406

As aquisições do exercício de 2010 de equipamento básico no montante de 134.983 Euros, respeita, essencialmente, a equipamento de socorro para os aeródromos do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo.

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários da Empresa detalham-se como segue:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	263	-	263	288	-	288
	263	-	263	288	-	288

## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se como segue:

	2010	2009
	MP, subsid. consumo	MP, subsid. consumo
Saldo inicial	288	474
Compras	3.177	4.479
Regularizações	-	(18)
Saldo final	(263)	(288)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	3.202	4.647

## 8. Activos Financeiros

### Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	2010			2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2.093.677	-	2.093.677	279.943	-	279.943
	<u>2.093.677</u>	<u>-</u>	<u>2.093.677</u>	<u>279.943</u>	<u>-</u>	<u>279.943</u>
Activos financeiros ao custo:						
Clientes	17.813	-	17.813	20.323	-	20.323
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	247	-	247
Accionistas (Nota 20)	-	-	-	2.558.969	-	2.558.969
Outras contas a receber	13.459.967	-	13.459.967	6.506.465	-	6.506.465
	<u>13.477.780</u>	<u>-</u>	<u>13.477.780</u>	<u>9.086.004</u>	<u>-</u>	<u>9.086.004</u>
	<u>15.571.457</u>	<u>-</u>	<u>15.571.457</u>	<u>9.365.947</u>	<u>-</u>	<u>9.365.947</u>

### Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	17.813	-	17.813	20.323	-	20.323
Outras contas a receber:						
Valores afectos à concessão:						
Secretaria Regional da Economia	7.600.821	-	7.600.821	4.049.766	-	4.049.766
DRPFE	5.704.863	-	5.704.863	2.445.476	-	2.445.476
Valores a facturar pela exploração dos bares	127.230	-	127.230	-	-	-
Empresas do grupo (Nota 8)	25.000	-	25.000	-	-	-
Outros	2.053	-	2.053	11.223	-	11.223
	<u>13.459.967</u>	<u>-</u>	<u>13.459.967</u>	<u>6.506.465</u>	<u>-</u>	<u>6.506.465</u>
	<u>13.475.727</u>	<u>-</u>	<u>13.475.727</u>	<u>6.515.565</u>	<u>-</u>	<u>6.515.565</u>

Os valores em 31 de Dezembro de 2010 afectos à concessão, a receber da Secretaria Regional da Economia e DRPFE, nos montantes de 7.600.821 Euros e 5.704.863 Euros, respectivamente, compreendem: (i) valores a receber relativos aos serviços de construção e melhoramentos dos aeródromos regionais, nos montantes de 7.160.000 Euros e 5.704.863 Euros, respectivamente; e (ii) o saldo a receber da Secretaria Regional da Economia, pelos serviços prestados ao abrigo da concessão, no montante de 440.821 Euros.

## 9. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	42.270	-	-	(29.144)
Estimativa de imposto (Nota 19)	(12.000)	-	-	56.429
Retenção na Fonte	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	4.468	-	4.924
Imposto sobre o valor acrescentado	99.519	-	149.379	-
Contribuições para a segurança social	-	24.001	-	5.251
Outros Impostos	-	-	-	16.867
	<u>129.789</u>	<u>28.469</u>	<u>149.379</u>	<u>54.327</u>

## 10. Diferimentos Activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 2011 as rubricas do activo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Seguros pagos antecipadamente	28.139	495
	<u>28.139</u>	<u>495</u>

## 11. Instrumentos de Capital Próprio

## Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada, e é detido a 100% pela SATA Air Açores – Serviço Açoreano Transporte Aéreo, S.A..

## Reserva legal

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## Aplicação do resultado

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, realizada em 30 de Março de 2010, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, no montante de 265.615 Euros, foi aplicado em reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 13.281 Euros e 252.334 Euros, respectivamente. Adicionalmente, conforme deliberado em Assembleia Geral da Empresa, realizada em 31 de Março de 2009, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante de 288.692 Euros, foi aplicado em reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 14.435 Euros e 274.257 Euros, respectivamente.

## Distribuições

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos accionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de activos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não mantém incrementos patrimoniais positivos decorrentes de justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com excepção das reservas legais, a Empresa não tem reservas não distribuíveis.

## 12. Passivos Financeiros

As categorias de passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhadas conforme se segue:

	2010	2009
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores	5.813.505	3.467.623
Accionistas (Nota 20)	5.835.258	-
	<u>11.648.763</u>	<u>3.467.623</u>

## 13. Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar

Em 31 e Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas “Adiantamentos de clientes” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Adiantamentos de clientes	27	-
	27	-
Outras contas a pagar:		
Empresas do grupo (Nota 20)	1.954.739	212.229
Férias e subsídio de férias	50.930	41.664
Formação	30.800	-
Fornecedores de investimentos	5.579	4.425
Secretaria Regional da Economia	-	3.788.746
Outros	93.504	31.668
	2.135.552	4.078.732

Em 31 e Dezembro de 2009, o montante de 3.788.746 Euros referente à Secretaria Regional de Economia, reflecte o apoio financeiro concedido por esta entidade, para a construção, melhoramentos e modernização de aeródromos e aerogares definidos no protocolo celebrado entre a Empresa e esta entidade, para projectos que ainda não haviam sido iniciados naquela data.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas à Secretaria Regional da Economia no montante de 5.394.161 Euros no âmbito do protocolo celebrado entre esta entidade e a Empresa. Adicionalmente, no decurso do exercício de 2010, foi prestada uma garantia adicional pelo accionista SATA Air Açores, em nome da Empresa, à Secretaria Regional da Economia no montante de 8.802.101 Euros.

#### 14. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa no decurso dos exercícios findos em 31 e Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Taxas aeroportuárias	1.136.373	1.164.942
Serviços de gestão	1.197.540	1.426.757
	2.333.913	2.591.699

#### 15. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Vigilância e segurança	658.537	631.448
Cedência de pessoal	264.274	254.376
Conservação e reparação	190.381	422.943
Limpeza, higiene e conforto	115.413	156.611
Electricidade	70.936	72.380
Honorários	48.595	117.092
Seguros	38.195	27.670
Deslocações e estadas	19.769	13.296
Rendas e alugueres	12.024	11.940
Trabalhos especializados	7.050	20.570
Assist.PMR	61.000	61.000
Outros	207.316	81.661
	<u>1.693.490</u>	<u>1.870.987</u>

#### 16. Gastos com o Pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações do pessoal	362.230	292.602
Encargos sobre remunerações	70.858	57.282
Formação	33.222	1.892
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3.106	2.527
Gastos de acção social	-	1.024
Outros	1.719	1.466
	<u>471.135</u>	<u>356.793</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 13 pessoas.

#### 17. Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 2010 e em 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares:		
Taxas aeronáuticas	79.402	-
Outros	-	20.805
	<u>79.402</u>	<u>20.805</u>

#### 18. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 2010 e em 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Garantias bancárias	52.035	26.684
Impostos	1.581	970
Outros	2.305	1.418
	<u>55.921</u>	<u>29.072</u>

### 19. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

A Empresa procede ao reconhecimento do efeito fiscal das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, com base na taxa agregada de imposto de 19% (excepto no que respeita aos prejuízos fiscais, caso em que a taxa utilizada é 17,5%).

Decorrente da promulgação da lei das finanças locais, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, a derrama passou a ser calculada, a partir dessa data, com base em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), quando anteriormente a mesma correspondia a 10% da Colecta de IRC.

Relativamente a esta última alteração, cumpre referir que os efeitos práticos que daí poderão decorrer estão associados ao facto de todos os sujeitos passivos de IRC que apurem lucro tributável não isento, independentemente de, por exemplo, possuírem prejuízos fiscais reportáveis na sua esfera, passarem a estar sujeitos ao pagamento da Derrama e como tal só poderão vir a recuperar esses prejuízos com base numa taxa de 17,5%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	12.000	56.429
Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores	(4.962)	(1.362)
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>7.038</u>	<u>55.067</u>
	2010	2009
Resultado antes de imposto	81.344	320.682
Gastos com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 19%	15.455	60.930
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(8.798)	(8.798)
Outros	5.343	4.297
	<u>12.000</u>	<u>56.429</u>
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	<u>(4.962)</u>	<u>(1.362)</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>7.038</u>	<u>55.067</u>

## 20. Partes Relacionadas

### Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade SATA Air Açores, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade SATA SGPS, S.A..

### Remunerações do pessoal chave da gestão

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ao pessoal chave de gestão da Empresa (Administração da Empresa) não foram atribuídas remunerações pela Empresa, uma vez que os seus vencimentos, são auferidos pela totalidade na SATA Air Açores.

### Transacções com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2010		2009	
	Serviços obtidos	Serviços prestados	Serviços obtidos	Serviços prestados
SATA Air Açores	236.846	604.991	167.592	673.996
SATA Internacional	88.428	-	86.784	-
	<u>325.274</u>	<u>604.991</u>	<u>254.376</u>	<u>673.996</u>

## Saldos com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2010			2009	
	Outras contas a receber (Nota 8)	Accionista (passivo) (Nota 12)	Outras contas a pagar (Nota 13)	Accionista (activo) (Nota 8)	Outras contas a pagar (Nota 13)
SATA SGPS	25.000	-	-	-	-
SATA Air Açores	-	5.835.258	-	2.558.969	-
SATA Internacional	-	-	1.954.739	-	212.229
	<u>25.000</u>	<u>5.835.258</u>	<u>1.954.739</u>	<u>2.558.969</u>	<u>212.229</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos a receber e a pagar das entidades SATA Air Açores e SATA Internacional respeitam a apoios de tesouraria concedidos e a receber para com tais entidades. Tais valores não têm prazo de liquidação definido e não vencem juros.

## 21. Divulgações exigidas por diplomas legais

## Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 5.000 Euros em cada ano.

Ponta Delgada, 22 de Março de 2011

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Jorge Ferreira da Silva

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes  
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl  
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata  
(Administradora)

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **SATA – Gestão de Aeródromos, S. A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 15.893.950 euros e um total de capital próprio de 2.081.139 euros incluindo um resultado líquido de 74.306 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SATA – Gestão de Aeródromos, S. A.**, em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

7. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no ponto 6, chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras terem sido preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, definido no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. Conforme consta na nota n.º 2 do Anexo, a transição para o novo referencial contabilístico exigiu que fosse reexpresso o comparativo de 2009, originando uma diminuição do Activo e do Passivo, no valor de 1.435.545 euros.

Ponta Delgada, 23 de Março de 2011



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Lda, SROC n.º 52,  
representada pelo Dr. Manuel Herberto de Medeiros Quaresma, ROC n.º 675

# RELATÓRIO E PARECER DE FISCAL ÚNICO

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Ex.mos Senhores Accionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais, nomeadamente o art.º 420.º, alínea g), n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, vem o Fiscal Único submeter à vossa apreciação o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da SATA – Gestão de Aeródromos, S. A, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

1. Examinámos o Balanço em 31.12.10, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o respectivo Anexo, e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2010.
2. Com a regularidade que julgámos adequada, procedemos às verificações e aos controlos que nos são cometidos, examinando os documentos e os registos contabilísticos.
3. O Conselho de Administração prestou-nos todos os esclarecimentos que solicitámos e colocou à nossa disposição os documentos que entendemos consultar.
4. Consideramos que o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o respectivo Anexo e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a situação financeira e patrimonial da SATA – Gestão de Aeródromos, S. A. em 31 de Dezembro de 2010, merecendo a nossa concordância, pelo que decidimos emitir nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase, que respeita aos efeitos verificados no Balanço em 31 de Dezembro de 2009, decorrentes da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF e IFRIC 12.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

5. Em conclusão e face ao que procede, somos de parecer que a Assembleia-Geral da SATA – Gestão de Aeródromos, S. A aprova:
- a) O Relatório de Gestão e as Contas subscritas pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
  - b) A proposta de aplicação do resultado líquido de 2010, no montante de 74.306,00 euros, como se segue:
    - 3.715,00 euros para serem transferidos para a Conta 551 – Reservas Legais;
    - 70.591,00 euros para serem transferidos para a Conta 56 – Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 23 de Março de 2011

O FISCAL ÚNICO



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Lda SROC n.º 52,  
representada pelo Dr. Manuel Herberito de Medeiros Quaresma, ROC n.º 675

# RELATÓRIO DE AUDITORIA



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Inscrição na OROC nº 43  
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha  
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º  
1050-004 Lisboa  
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500  
Fax: +(351) 210 427 950  
www.deloitte.pt

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sata – Gestão de Aeródromos, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 15.893.950 Euros e capitais próprios de 2.081.139 Euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 74.306 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sata – Gestão de Aeródromos, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (ver parágrafo 5 abaixo).

9

A empresa Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss entity, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para saber a descrição detalhada do estatuto legal da Deloitte Touche Tohmatsu e sua firma membro consulte [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt).

Não Sociedade de capital aberto (Capital Social: 580.000,00 Euros) | Matricada C.R.C. de Lisboa nº 100.521.770-31-1  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-004 Lisboa | N.º de Registo: 210 427 500 | N.º de Registo: 210 427 950

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

**Deloitte.**

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Inscrição na OROC nº 43  
Registo na CMM nº 231

Página 2 de 2

**Ênfase**

5. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"), para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 2).

Lisboa, 22 de Março de 2011

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Carlos Alves Caetano